



2º Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente

Bento Gonçalves – RS, Brasil, 28 a 30 de Abril de 2010

Problemas ambientais em assentamentos rurais no município de Santana do Livramento, RS

Teresinha Guerra, Tobias Schwambach, Judite Guerra e Evandro Enio Eifler Neto

Departamento de ecologia/Instituto de Biociências/UFRGS (tg@ufrgs.br)

Resumo

O Rio Grande do Sul conta com 284 projetos de assentamentos de responsabilidade do governo estadual e federal, totalizando 11.321 famílias beneficiadas. No entanto, é notável a falta de sensibilização e conhecimento dessas comunidades. Este trabalho tem como objetivo apresentar informações sobre as questões ambientais relativas às áreas de preservação permanente e ao uso de agrotóxicos dos moradores de treze assentamentos rurais no município de Santana do Livramento, RS. O levantamento de dados foi realizado nos próprios lotes dos assentamentos, com a aplicação de questionários através de entrevista. Os principais problemas ambientais identificados resultam do conflito entre a produção rural, as áreas de preservação permanente (APP) e ao uso de agrotóxicos.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Áreas de Preservação Permanente e Agrotóxicos.

Área Temática: Gestão no Meio Rural.

Abstract

The State of Rio Grande do Sul, Brazil, accounted for 284 rural settlements. The state and federal governments are responsible for these programs, totaling 11,321 beneficiary families. Never the less, it is notable the lack of sensibility and knowledge of these communities. This research has the objective to present information about: environmental questions related to the areas of permanent preservation and the use of pesticides for those who live in the thirteen rural agricultural assistance programs, which are located in the municipality of Santana do Livramento, RS. With the use of interviews, the data was collected from the local residence. The main environmental problems identified were the result of the conflict between rural production, the areas of permanent preservation (APP) and the use of pesticides.

Key words: Settlements, Areas of Permanent Preservation and Pesticides.

Theme Area: Management in rural environment.



2º Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente

Bento Gonçalves – RS, Brasil, 28 a 30 de Abril de 2010

1 Introdução

Reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção.

O relatório “diagnóstico socioambiental de treze planos de assentamentos no município de Santana do Livramento”, apresenta o levantamento de dados junto às famílias dos lotes desses assentamentos. Para este levantamento de dados foi utilizada a técnica de entrevistas com o objetivo de identificar a origem, a cultura, a habitação dos assentados, a atividade agrícola, o manejo do gado, o uso de áreas de preservação permanente, o uso de agrotóxicos e outras questões ambientais relevantes. O objetivo deste documento é apresentar somente os resultados dos problemas ambientais, relacionados com essas comunidades quanto às áreas de preservação permanente e ao uso de agrotóxicos.

2 Área de Estudo

A área objeto de levantamento de dados corresponde aos 13 assentamentos localizados no Bioma Pampa. Os assentamentos Apolo, Posto Novo e Recanto ficam localizados a 38 km a nordeste da sede do município de Santana do Livramento, ao norte da rodovia BR 158. São Joaquim e Coqueiro estão localizados cerca de 30 Km a nordeste do mesmo município cuja principal via de acesso é a BR 158. São Joaquim e Coqueiro estão localizados cerca de 30 Km a nordeste do mesmo município cuja principal via de acesso é a BR 158. Os assentamentos Bom Será, Capivara e Cerro dos Munhoz localizam-se a leste da sede municipal de Santana do Livramento, ao sul da BR 293 e da linha férrea e a sudeste das localidades de Tabatinga e Bela Vista. A localização dos assentamentos Frutinhas e Pampeiro está a nordeste da sede municipal de Santana do Livramento, na localidade de Riveirinha, ao sul do arroio do Beco e do Cerro Chato. O acesso é por estrada municipal, a oeste da BR 293, antes da ponte sobre o rio Ibicuí da Cruz, no sentido Rosário do Sul-Santana do Livramento. O assentamento Jupira localiza-se a cerca de 34 km a leste da sede municipal de Santana do Livramento, ao sul da BR 158, e com acesso diretamente através desta rodovia. Por último, os assentamentos Santo Ângelo e Santa Rita localizam-se a sudeste da sede municipal de Santana do Livramento, ao sul da BR 293 e da linha férrea e a sudeste das localidades de Tabatinga e Bela Vista, 2º distrito de Ibicuí, localidade de Itaquatiá.

3 Materiais e Métodos

Para a execução do diagnóstico socioambiental, foi elaborado um questionário com 45 questões semi-estruturadas. As entrevistas foram feitas nas residências dos assentados, junto às famílias. O número de entrevistas em cada assentamento representa 12,6 % do número de famílias/lotes do mesmo. A escolha das famílias entrevistadas seguiu o critério de indicações de líderes de associações e cooperativas da comunidade, agentes de formação, responsáveis por programas de desenvolvimento e assistência, bem como por famílias que já tinham sido entrevistadas. Foram entrevistadas 53 famílias em um universo de 419 famílias cadastradas no Sistema de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, no período compreendido entre abril de 2008 a janeiro de 2009.

Os dados levantados em campo foram digitados e sistematizados no software Sphinx®, o qual corresponde a uma ferramenta de apoio para o processo de pesquisa e análise de dados acadêmicos e gerenciais (Freitas *et al.* 2002; Freitas *et al.* 2006). A equipe de pesquisa analisou os dados visando identificar os mais relevantes problemas ambientais que ocorrem nos assentamentos.



2º Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente

Bento Gonçalves – RS, Brasil, 28 a 30 de Abril de 2010

4 Resultados

Os principais problemas ambientais identificados resultam do conflito entre a produção rural, as áreas de preservação permanente (APP) e ao uso de agrotóxicos.

A atividade agro-pastoril nos assentamentos rurais tem relação direta com os impactos ambientais gerados nestes locais, na medida em que grandes espaços de APP são suprimidos e, em muitos casos, as áreas agrícolas e a criação de gado é estendida, chegando muito próximo da calha dos cursos d'água. Para 69,8% dos entrevistados, não existem restrições de áreas para a agricultura, inclusive próximo dos recursos hídricos, o que indica o desrespeito às APP, porém este pensamento é relativo ao aproveitamento máximo da área e ao desconhecimento das leis existentes, como por exemplo da Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) também ignorada pelo INCRA quando implementou os assentamentos.

A grande percentagem (77,4%) referente à utilização de agrotóxicos nas lavouras é preocupante. O mesmo acontece com o destino das embalagens (Figura 1). Os agrotóxicos são utilizados sem qualquer proteção pelos assentados e a assistência técnica é quase inexistente, tanto para o uso do insumo químico quanto para o manejo agrícola. Percebe-se que os assentados não seguem as orientações da lei dos agrotóxicos (Lei Federal 7.802 de 11.07.89) e também não utilizam equipamentos de proteção individual (EPI), tais como máscaras protetoras, óculos, luvas impermeáveis, chapéu impermeável de abas largas, botas impermeáveis, macacão com mangas compridas e avental impermeável. Os EPIs a serem utilizados são indicados via receituário agronômico e nos rótulos dos produtos.

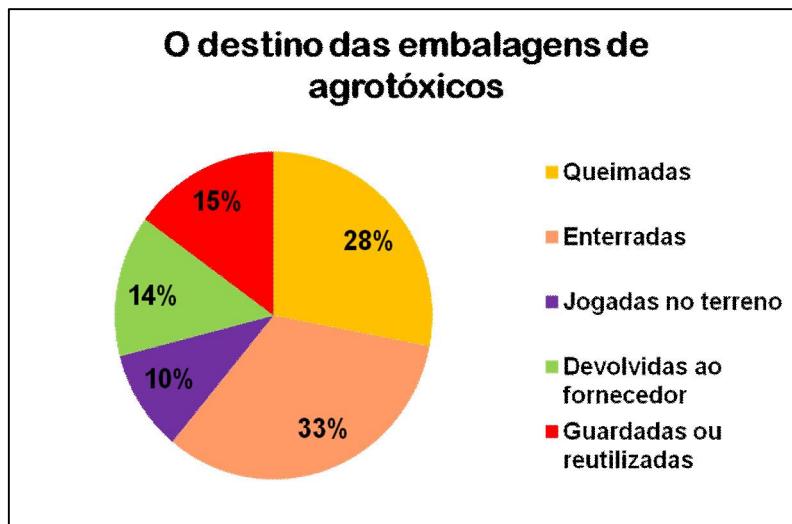


Figura 1 – Destino das embalagens de agrotóxicos.

5 Considerações Finais

Percebe-se que as questões ambientais nos assentamentos, principalmente o uso intenso de agrotóxico e os conflitos nas Áreas de Preservação Permanente, são problemas que merecem atenção, pois o desconhecimento das leis que tratam de APP e agrotóxicos gera um entendimento difícil de ser rompido, especialmente se for agregado à necessidade do aumento da produção dos assentados. Isso faz com que o plantio avance cada vez mais nas áreas de APP, e os cuidados básicos na utilização de agrotóxicos sejam deixados de lado causando risco à saúde dos agricultores e ao ambiente.

Os assentamentos carecem de orientação técnica especializado em produção e



2º Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente

Bento Gonçalves – RS, Brasil, 28 a 30 de Abril de 2010

capacitação para que seja colocada a disposição os conhecimentos construídos para a solução dos problemas vivenciados pelos agricultores, sem agressão a saúde humana e ao meio ambiente.

Está sendo desenvolvido o Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais em Assentamentos localizados no município de Santana do Livramento, que, juntamente com a comunidade do assentados, está construindo o Projeto de Educação Ambiental para cada um dos 13 assentamentos. Este processo não é rápido o suficiente para que os problemas sejam solucionados de acordo com as necessidades. No entanto, os dois assentamentos que já tem o seu Projeto de Educação Ambiental já iniciaram o processo de recuperação e demarcação das APP. Fica evidenciado que as discussões no Programa de Educação Ambiental são direcionadas para um trabalho específico de conhecimento que estão relacionadas ao conhecimento da legislação das APP e dos agrotóxicos, assim como precisam de maior formação e orientação técnica para repensar o modelo agrícola que escolheram e buscar formas menos agressivas de ampliar sua produção.

Referências

ROMEIRO, A. GUANZIROLI, C. PALMEIRA, M. LEITE, S. (ORG.). Reforma Agrária. Relatório da FAO em Debate, Editora Vozes, Ibase, FAO, 1994.

GRAZIANO, F. Qual Reforma Agrária? Geração Editorial, 1996.

FRANCO, A. A Reforma Agrária na Virada do Século. Revista Monitor Público, dez 1996.
PINTO, L. C. G. Política de Terras na América Latina e Caribe. Brasil, Mesa Redonda Regional, 1996.

BORGES, R. F. e DAMAS, A. P. Terras de Prosperidade: O Livro das Parcerias. Editora Fundação Peirópolis, 1995.

SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. Atlas Fundiário Brasileiro. Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Aspectos Conceituais e Legais, Brasília, 1989.

MILANO, M. S. Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim. In: Atas do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, 15-23 de novembro de 1997.

FREITAS, H. JANISSEK, R. MOSCAROLA, J. BAULAC, Y. Pesquisa via web: reinventando o papel e a idéia da pesquisa. Canoas: Sphinx, 2006.

FREITAS, H. M. R. Pesquisa interativa e novas tecnologias para coleta e análise de dados usando o Sphinx. Canoas: Sphinx, 2002. (<http://www.sphinxbrasil.com/inst/v5>).